



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE - MANDATO 2017 - 2021

--- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte, reuniu em Sessão Ordinária no Auditório da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Louro, que foi secretariado pela 1.ª Secretária senhora Liliana Carapinha e pela 2.ª Secretária senhora Fernanda Garnel. -----

--- **Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:**-----

- 1. Liliana dos Santos Carapinha (CDU). -----
- 2. Fernanda Maria Fragoso Garnel (CDU). -----
- 3. Júlio Manuel Fernandes Pratas (CDU). -----
- 4. João Pedro Antunes Osório (CDU). -----
- 5. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----
- 6. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----
- 7. Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU). -----
- 8. Joaquim Luís Rosa do Céu (PS). -----
- 9. Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito (PS). -----
- 10. Abel Ferreira Melro Pedro (PS).-----
- 11. Carlos Alberto Dias Marques (PS). -----
- 12. Ana Margarida Rosa do Céu (PS).-----
- 13. Rodolfo Manuel Machacaz Colhe (PS). -----
- 14. Cidália Maria da Silva Maia Sal (PS). -----
- 15. Armindo Pinto Batata (MUDA). -----

--- **Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:** -----

- 1. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira.-----
- 2. Vereador João Pedro Costa Arraiolos.-----
- 3. Vereadora Casimira Pereira Alves. -----
- 4. Vereadora Sónia Isabel Sanfona Cruz Mendes. -----
- 5. Vereador António da Conceição Moreira.-----

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----

--- **Ponto 1: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e**

da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para Conhecimento. -----

--- Ponto 2: Proposta para aprovação do Projeto de “Regulamento Municipal do Complexo dos Patudos”. Para deliberação. -----

--- Ponto 3: Proposta de alteração do Mapa de Pessoal para 2020. Criação do cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil. Para deliberação. -----

--- Ponto 4: Proposta de medidas de apoio à população e ao comércio local - prorrogação de isenção de taxas e rendas. Para deliberação. -----

--- Ponto 5: Proposta de Autorização para apresentação de candidatura para a contratação de um empréstimo de Médio e Longo prazo à linha BEI Portugal 2020 – Autárquicas – requalificação da Escola Básica Frade de Baixo – Alpiarça – Código – ALT20-02-5673-FEDER-000097. Para deliberação. -----

--- Ponto 6: Proposta de Autorização para a contratação de um Empréstimo de Médio/Longo prazo até ao limite de 164.800,00 euros. Para deliberação. -----

--- Ponto 7: Proposta de Autorização para a contratação de um Empréstimo de Médio/Longo prazo até ao limite de 512.432,89 euros. Para deliberação. -----

--- Ponto 8: Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal realizadas no dia 26 de Junho e 30 de Julho de 2020. Para deliberação. -----

--- Ponto 9: Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento. Para deliberação. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça deu início aos trabalhos eram 21h01m. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, da Bancada do Partido Socialista, tinham pedido a suspensão do mandato e estavam ausentes as senhoras Deputadas Municipais Maria Filomena Lopes Rúbio e Ana Rita Monteiro Marques e estavam em substituição o senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe e a senhora Deputada Municipal Cidália Sal. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se da parte do público alguém se pretendia inscrever para intervir e não tendo havido inscrições, deu início ao período antes da ordem do dia, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra aos membros inscritos. -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, começando por endereçar uma saudação especial para a senhora Vereadora Casimira Alves, a quem desejou sucesso nas funções assumidas no Município. -----

--- De seguida, informou que tinha requerido à Câmara Municipal de Alpiarça a consulta da documentação sobre a reabilitação do canal de Alpiarça, que tinha sido prontamente disponibilizada, e na análise da mesma tinha verificado que a obra não estava finalizada, uma vez que, faltavam executar os trabalhos de

remoção dos materiais, que se encontravam espalhados ao longo das margens, pelo que esperava que entretanto não houvesse uma inundação que levasse aquilo tudo. Relembrou, em relação ao que tinha sido feito, que em Janeiro tinha requerido uma informação à APA, no sentido de saber se os trabalhos tinham sido, de facto, comunicados pela Câmara Municipal àquela entidade, como estava estipulado na lei e posteriormente, numa sessão da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha informado que tinha sido feita a comunicação em causa, mas ao ter consultado o processo, não tinha encontrado, nem lhe tinha sido exibido nenhum documento dessa comunicação à APA. -----

--- Salientou que achava estranho que tal tivesse acontecido, porque havia instruções precisas da Agência Portuguesa do Ambiente de que os trabalhos só poderiam realizar-se entre 1 de Julho e 30 de Setembro, e era evidente que os trabalhos tinham que ser feitos antes do Festival do Melão, portanto, tinham começado em Janeiro ou Fevereiro. Frisou que tinha escrito à APA, no sentido de explicar que em consequência do continuado abate de árvores nos campos confinantes, a componente arbórea das faixas ripícolas daquele rio, era cada vez mais utilizada para nidificação de várias espécies de aves, ciclo que em breve teria início e como tal, entendia que nos termos da lei os trabalhos deviam ter sido executados sob orientação daquela entidade, tendo dito ainda que temia que as faixas ripícolas daqueles cursos de águas fossem intervencionadas ou mesmo eliminadas de forma leviana e incompetente, em pleno início de nidificação das aves. -----

--- Continuou a intervenção, dizendo que a Agência Portuguesa do Ambiente nunca informava nada, e portanto, o que tinha acontecido era que os trabalhos tinham decorrido durante o período de nidificação das aves, o que tinha sido de facto uma atitude leviana, para não dizer incompetente, sendo que por isso, estava naquele momento a preparar alguns documentos, nomeadamente, uma comunicação ao Ministério do Ambiente e ao Fundo Ambiental, nos quais expunha aquele assunto, ou seja, onde explicava que os trabalhos tinha decorrido fora do período recomendado pela APA e como tal, os dinheiros públicos tinham sido usados para abater as árvores e para eliminar as aves que por lá nidificavam, para eliminar os ninhos e impedir o ciclo normal de reprodução das aves. Disse, que tal situação o tinha deixado completamente perplexo, em especial porque a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal até integravam eleitos dos “Verdes”, que se tinham mantido em silêncio e nada tinham dito, permitindo um atentado ambiental daquela dimensão, e por isso, iria expor o assunto ao Ministério do Ambiente e também ao Fundo Ambiental, que era a entidade que entregava e geria os dinheiros que os contribuintes tinham posto à disposição da Câmara Municipal para a execução daqueles trabalhos. -----

--- Continuou, dizendo que o outro assunto de que queria falar não era muito agradável, pois tinha a ver com a saída do senhor Vereador Carlos Pereira, anterior Vice-Presidente da Câmara Municipal, e não pretendia propriamente explicações sobre o teor da entrevista do mesmo ao jornal Mirante, porque tudo o que o mesmo lá relatava não era nada de novo, já tinha anos, mas ficava sobretudo à espera duma palavra do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto, ou seja, esperava que o mesmo não se refugiasse no silêncio e confirmasse se era verdade ou não que quem geria aquela Câmara Municipal era o

senhor Deputado Municipal João Osório. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, que também desejou à senhora Vereadora Casimira Alves, uma estadia agradável e condições para trabalhar. Continuou, dizendo que não havia necessidade de contextualizar as dificuldades que a pandemia estava a causar na educação, pelo que a sua primeira questão era sobre se o executivo municipal tinha tomado algumas medidas, no sentido de deslocar as crianças do ensino pré – escolar para outro espaço, no qual não estivessem em contacto com as crianças do 1.º Ciclo. -----

--- Referiu que outra questão que tinha era sobre o desporto, nomeadamente, sobre as grandes dificuldades pelas quais o associativismo desportivo estava a passar, ao nível de participantes, ao nível de atletas, de dirigentes de clubes, uma vez que, milhares e milhares de atletas iriam ficar sem praticar desporto em Portugal e por isso, pensava que nos dias seguintes iriam surgir informações negativas naquele sentido, e como não tinha conseguido encontrar um plano de retoma desportivo da Câmara Municipal de Alpiarça, nomeadamente, informações sobre o plano de contingência, informações sobre limitação da utilização de balneários, da utilização de espaços desportivos, sobre quem iria proceder à higienização desses mesmos espaços desportivos, gostava de deixar a sugestão à Câmara Municipal de ficar junto dos clubes, não apenas como “um pai multibanco”, mas como um “pai presente” e que ajudasse a cumprir as orientações da DGS, que não eram fáceis de cumprir, nem de compreender, pelo que gostava de saber informações sobre a existência desse plano de retoma. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, dizendo que queria em primeiro lugar cumprimentar a senhora Vereadora Casimira Alves e desejar-lhe um bom trabalho. Depois, voltou a colocar ao senhor Presidente da Câmara Municipal uma questão, sobre um assunto que já ali tinha abordado havia alguns meses e que tinha a ver com a remoção do amianto das escolas, sobretudo da escola do 1.º Ciclo e do Jardim Escola, sendo que naquela altura o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha feito querer que tudo estaria encaminhado para que a remoção se processasse num curto espaço de tempo, pelo que tinha ficado bastante surpreendida, que não tivesse sido aproveitada a interrupção escolar para se terem efetuado aqueles trabalhos, o que levava a que naquele momento as crianças continuassem sob o telhado de amianto, quando noutros concelhos em redor, efetivamente esses trabalhos tinham sido efetuados ou estavam a ser efetuados, sendo que Alpiarça continuava na mesma situação e sem previsão de quando iria proceder a tal intervenção. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, explicando que a sua intervenção iria assumir a forma escrita, para não acontecer o que acontecia normalmente na redação das atas, que era a não reprodução do que era dito em termos exatos. Continuou dizendo o seguinte: *“O PCP têm por hábito que as questões ligadas à sua vida interna, nunca sejam tratadas com a transparência que salvaguarda a saúde da democracia. Desta vez, houve uma entrevista do ex Vice - Presidente do executivo e a população ficou a conhecer o que já muitos sabiam, designadamente: os cargos no executivo municipal são verbo de encher, os eleitos são permanentemente desautorizados, o que é valorizado é o interesse do PCP, o*

*Presidente e o Vereador não mandam nada, o Presidente é conivente com o Chefe de Gabinete que é quem manda, e que se assume como uma espécie de “DDT”... “dono de isto tudo”! A tragédia desta prática é que quem sai prejudicada é a comunidade de Alpiarça, que têm sido sistematicamente prejudicada pela ação do PCP. Foi-o após o 25 de Abril de 1974, quando a ação totalitária e persecutória do PCP levou famílias e empresas a abandonar Alpiarça. Alpiarça voltou a ser prejudicada nestes últimos 11 anos, por uma prática política que apenas se preocupa com o benefício partidário, prática que de novo trouxe consigo o abandono da terra por parte de empresas, instituições e pessoas. Constatamos, mais uma vez, que Alpiarça precisa de uma visão de futuro, precisa de quem aglutine e promova entendimentos construtivos, precisa de quem saiba colocar o interesse da comunidade e não do partido que representa como sua preocupação. Alpiarça precisa de atores esclarecidos, determinados e imunes a pressões partidárias e não de agentes, que funcionam como extensões do interesse partidário. Não gostaria de ter tido esta intervenção, mas é a força das circunstâncias e a constatação dos factos que a tal me obrigou”.* -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal João Osório, que falou sobre a reabertura do Mercado Municipal, que se tinha realizado no dia 2 de setembro, referindo que era um mercado jovem, dinâmico e que em pouco tempo se iria entrar na segunda fase da obra, pelo que queria dar os parabéns ao executivo municipal pelo trabalho que tinha feito, pela perspetiva, pela visão e estratégica que tinha tido, quando tinha iniciado o trabalho do PARU, com a realização de reuniões em muitos locais públicos, com a criação de três ARUS, que atualmente beneficiavam não só o Concelho, como toda a população, porque já havia muitas casas que estavam a ser reabilitadas por força daquelas ARUS, e como tal, quando se dizia que não havia estratégia, não havia visão, a prática falava por si. -----

--- Antes de dar a palavra ao senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou para ficar a constar em ata, que a senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha já se encontrava presente, pelo que a Assembleia Municipal tinha dezasseis membros presentes e mais os cinco elementos da Câmara Municipal, que também já estavam todos presentes. -----

- O senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, começou a intervenção dizendo que também não podia deixar de valorizar a reabertura do Mercado Municipal de Alpiarça, que tinha acontecido após a conclusão das obras de reabilitação da 1.ª fase e que espelhava a visão de futuro que o executivo municipal tinha para toda aquela zona, que iria ser completamente transformada e devolvida aos cidadãos, aos munícipes, pelo que dentro de algum tempo essa visão de futuro iria ser confirmada por todos. Continuou, dizendo que sobre a ação do PCP e da CDU naquele executivo, não era preciso falar muito, pois a mesma estava à vista e bastava comparar a situação da Câmara Municipal em 2009 com a situação da mesma em 2020, para perceber que as diferenças era bastante notórias, e essa era efetivamente a ação da CDU realizada no Concelho de Alpiarça. -----

--- interveio a senhora Deputada Municipal Fernanda Cardigo para como era hábito, dar alguma informação sobre a atividade da Junta de Freguesia naquele período, que tinha sido bastante curto e tinha sido um período férias, e por isso de menor atividade. Disse que, apesar disso tinham realizado duas atividades de

animação musical, nomeadamente, o “Há Fados no Largo”, no largo da Alpiagra e o “Há festa na Minha Rua”, por várias ruas de Alpiarça, com os Fazendeiros Del Pop, que iam parando junto aos cafés e esplanadas e iam atuando para quem ali se encontrava, sendo que aquela animação tinha sido feita de manhã, porque à noite já alguns cafés e esplanadas estavam fechados e por isso, tinham optado por fazer aquela animação no período da manhã, para tentar ajudar a dinamizar a atividade das pastelarias e cafés. --

--- Informou que em Agosto tinham realizado a atividade “Há festa na Minha Rua – Serenatas à Sua Janela”, sendo que aquela atividade tinha consistido em fazer atuações a pedido de quem estivesse interessado em dedicar uma música a um familiar, a um amigo, ao pai, a um colega de trabalho. Explicou que as pessoas tinham feito os pedidos, que tinham sido cerca de vinte e tinham sido todos satisfeitos, pelo que tinha sido muito bonito, porque as pessoas tinham sido surpreendidas com as serenatas e tinham gostado muito, até porque nalguns casos eram pessoas que estavam doentes e tinham ficado muito satisfeitas. -----

--- Falou também no projeto “Mãos Dadas Porque Vamos Mais Longe”, para informar que para além das ajudas habituais em materiais de construção, água, eletricidade e rendas, tinham feito muita recolha de móveis, eletrodomésticos e roupas, para posteriormente serem distribuídas pelos pedidos que tinham chegado, e disse que os bens chegavam num dia e no outro dia estavam logo a partir para os destinatários. Informou, também, que nas últimas semanas tinham canalizado quase todos os recursos humanos da Junta de Freguesia para as escolas, tinham adquirido cortinados, cedido mesas para os meninos estarem mais separados, porque as mesas que existiam já não chegavam, tinham preparado outra entrada no pré – escolar, porque o pré – escolar estava dividido e o 1.º e 2.º anos entravam por um lado, sendo que o 3.º e 4.º anos entravam por outro e em relação ao 1.º ciclo, tinham dado alguma ajuda na pintura de salas, porque tinham sido necessárias mais salas na EB1/JI para distribuir mais os alunos. -----

--- Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões colocadas, dizendo sobre o associativismo e a eventual retoma da atividade desportiva, que deixaria a resposta para o senhor Vereador João Arraiolos. Continuou, explicando que na intervenção levada a cabo na Vala, tinham havido de facto alguns elementos que tinham interferido no normal desenvolvimento da obra, sobretudo decorrentes do momento que se estava a viver desde Março, e que de certa forma também tinham acabado por prejudicar o calendário que estava definido, já que tinham havido algumas paragens, a empresa tinha tido trabalhadores afetados diretamente pela própria doença, logo na primeira vaga e tudo isso, tinha acabado por promover um atraso no normal decorrer dos trabalhos, mas de qualquer forma havia um conjunto de intervenções que já estavam a ser retomadas ou pelo menos redefinidas, no sentido de completar aquele trabalho de limpeza da Vala, quer ao nível das margens e da flora existente nas mesmas, quer ao nível também do plano água, do curso água, das infestantes, nomeadamente, os jacintos que se tinham tornado mais abundantes e a erva pinheirinha, que estava mais próxima do Parque do Carril.

--- Explicou que na Ponte de Alpiarça os trabalhos tinham sido acompanhados pela APA, bem como todas as propostas de trabalhos e a própria instrução de todo o processo de candidatura, tinham sido acompanhadas pela APA, até porque a APA tutelava os serviços que faziam a análise e aprovavam as

candidaturas ao Fundo Ambiental, ou seja, que aprovavam todo o processo e portanto, a APA tinha sido informada e tinha acompanhado o processo, embora a própria Câmara Municipal, enquanto dona da obra também tivesse a obrigação de fiscalizar e por isso, tinha sido contratada uma empresa que tinha técnicos que tinham acompanhado os trabalhos em sede de fiscalização, tinham feito reuniões periódicas com a Câmara Municipal e com o empreiteiro, pelo que não entendia que a APA pudesse ter entretanto adotado uma posição diferente daquela que tinha tido, quando tinha ajudado a Câmara Municipal a definir o projeto e quando o tinha aprovado através do Fundo Ambiental, não conseguia descortinar como é que isso podia ter acontecido, tanto mais que tudo constava dos documentos que tinham sido aprovados. Em relação à nidificação, frisou que de facto havia uma documentação que apontava para uma intervenção preferencial, durante um determinado período tempo, exatamente pelas questões que o senhor Deputado Municipal Armindo Batata ali tinha referido, mas essa questão também tinha sido despistada, porque o calendário duma obra e todos os procedimentos que estavam na origem da contratualização dessa mesma obra, dificilmente se conseguiam conciliar na totalidade, com algumas regras gerais e por isso mesmo, para despistar essa situação, a Câmara Municipal tinha comunicado com a APA e tinha estado em articulação com a mesma e com a ARH-Tejo e aquilo que tinha sido dito, que tinha sido comunicado, era exatamente que se podia avançar, adotando todos os cuidados necessários. -----

--- Continuou a intervenção, explicando que o contrato de empreitada tinha prazos que deviam ser cumpridos, a própria candidatura tinha prazos para ser fechada, para ser executada e para ser paga, e portanto, todos aqueles aspetos interferiam num processo daquele tipo. Em relação aos eleitos pelos “Verdes”, salientou que por acaso ali não havia nenhum eleito dos “Verdes”, pois os eleitos da CDU na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal tinham sido todos propostos pelo PCP, portanto, não havia ninguém proposto pelos “Verdes”, embora os mesmos fizessem de facto parte da coligação e normalmente tinham maior atenção relativamente a processos daquela natureza. -----

--- Quanto à questão do senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, sobre a educação e a intervenção do Município na gestão dos estabelecimentos escolares, num início de ano letivo cujas circunstâncias estavam a ser naturalmente diferentes, explicou que quem acabava por ter ali um papel determinante na definição daqueles espaços, era sobretudo a Direção do Agrupamento de Escolas, ainda que com a participação das várias entidades que compunham a comunidade educativa e que estavam representadas nos seus órgãos de gestão, nomeadamente, no Conselho Geral onde se definiam algumas questões, quer mais a nível pedagógico, quer também ao nível do funcionamento dos espaços escolares. Disse que, relativamente à definição dos espaços a ocupar pelas crianças do 1.º ciclo e do Pré – Escolar, não tinha havido uma posição muito linear no início do processo, mas tinha sido uma situação que a Câmara Municipal tinha acompanhado, juntamente com a Associação de Pais e com as coletividades representadas no Conselho Geral. -----

--- Salientou que tinha sido posta em prática uma solução, que tinha passado pela utilização da escola EB1 da Avenida de Carlos Relvas, por todas as turmas do 1.º ciclo, tendo sido possível colocar cada turma numa

única sala, e depois também manter o Jardim de Infância na parte posterior do espaço, reduzindo ao mínimo possível a utilização dos espaços comuns, através da definição de regras de circulação, regras de permanência no interior do espaço escolar e, inclusivamente, regras para a frequência de algumas atividades que não permitiam a execução exclusiva por apenas uma turma, sobretudo nas AEC e na CAF, sendo essa uma responsabilidade do Município, que continuava a acompanhar a situação e a verificar se tudo estava a funcionar dentro da normalidade possível. Explicou que, desde a primeira hora, tinha havido alguma preocupação, relativamente à prévia distribuição de ciclos escolares por edifícios, exatamente porque se previa a realização das obras na escola sede, embora esse fator não tivesse sido determinante, pois só se iria conseguir definir um programa e limitar espaços de utilização, quando as obras comessem.-

--- Frisou que se estavam a viver momentos muito difíceis para todos, e mais ainda para toda a comunidade educativa, que estava a ter uma experiência muito exigente, um desafio muito grande, mas julgava que estava a haver uma resposta coletiva muito positiva. No que respeitava à remoção do amianto nas escolas, esclareceu que a mesma estava prevista em todas as intervenções, que estavam a ser objeto dos procedimentos administrativos para as respetivas empreitadas, estando já em fase de conclusão de apresentação de candidaturas o processo relativo à escola EB 2/3 Secundária José Relvas, pelo que durante as próximas semanas, contava levar à Câmara Municipal a proposta de escolha da empresa concorrente, que estivesse em melhor condições para executar a obra, para depois se fazer a adjudicação e avançar com os trabalhos, incluindo a retirada do amianto que existia naqueles edifícios, sendo que o mesmo procedimento iria ser tomado na escola EB1 e no Jardim de Infância, mas não na escola do Frade de Baixo, porque aquela não tinha amianto. -----

--- Disse que, tanto quanto tinha conhecimento, dos municípios ao redor de Alpiarça, apenas a Câmara Municipal de Almeirim já tinha procedido à remoção do amianto, até antes de haver candidaturas abertas para esse efeito, exclusivamente porque tinha capacidade financeira para isso e tinha avançado. -----

--- Referiu-se às considerações efetuadas pelos senhores Deputados Municipais João Osório e Celestino Brasileiro, da Bancada da CDU, concordando com as mesmas e também às informações dadas pela senhora Presidente da Junta de Freguesia, salientando a colaboração que era sempre dada à Câmara Municipal, que nos últimos tempos se tinha centrado muito em ações ligadas ao combate à pandemia e que era um apoio fundamental, quer da parte dos eleitos, quer da parte dos próprios trabalhadores daquela Autarquia. -----

--- Quanto à saída do senhor Vereador Carlos Pereira, com a conseqüente entrada da senhora Vereadora Casimira Alves, explicitou que o senhor Vereador e Vice-Presidente Carlos Pereira tinha apresentado a renúncia ao mandato, tendo-lhe apresentado as suas razões, porque tinham ambos conversado e portanto, a renúncia era uma questão pessoal, era um direito que cada eleito tinha e que se traduzia em assumir o lugar e a ele renunciar, caso assim o entendesse e quando assim o entendesse, e era isso que tinha acontecido, sendo que da sua parte não estava ali para “lavar roupa suja” em público, pois não era essa a sua função, nem sequer o seu interesse, pelo que não iriam ouvir ali considerações menos próprias, relativamente a uma pessoa que tinha trabalhado consigo, e que tinha dado um contributo muito



importante para o desenvolvimento da ação da CDU, durante todos aqueles anos, através dum conjunto de realizações da Câmara Municipal. Frisou que o senhor Vereador Carlos Pereira podia fazer as considerações que entendesse, mas o senhor Presidente da Câmara Municipal não as iria comentar, mas naturalmente percebia, e até já o tinha dito numa reunião da Câmara Municipal, que houvesse interesse por parte das forças políticas de oposição ao executivo municipal em abordar o assunto, em dramatizá-lo e em dar-lhe dimensão, mas esse não era o seu interesse nem o da sua força política e portanto, se alguém esperava que fizesse ali considerações, isso não ia acontecer. -----

--- Continuou a intervenção, dizendo que havia interesse em potenciar aquelas situações, pois isso fazia parte da vasta campanha que já andava por aí havia muito tempo, de anti-comunismo básico, elementar, constante, diário e nauseabundo em muitas situações, por todo o lado e a pretexto de tudo e de nada, e como tal, aquele era mais um facto para os anti-comunistas aproveitarem, mas ainda assim julgava que o que estavam a fazer eram apenas os “serviços mínimos”, pois tinham que fazer mais, tinham que continuar a “dar gás” ao assunto, porque também não tinham muito mais em que pegar, nem com que alimentar qualquer “onda” junto da população, uma vez que, na realidade era aquilo que estavam a tentar fazer. Afirmou que era eleito na Câmara Municipal por um partido, pela CDU e que era com uma enorme honra, com muito orgulho que representava o seu partido de há muitos anos, naquele caso ali como Presidente da Câmara Municipal, e como representava o seu partido, naturalmente, discutia as questões com o mesmo, procurando concretizar algumas das orientações dadas, que normalmente considerava totalmente justas e adequadas às situações, sendo que por vezes o drama era que em determinadas condições, não conseguia concretizar essas posições justas e defensoras do interesse da população, dos portugueses, dos trabalhadores, ou seja, nem sempre estava à altura de poder respeitar essa responsabilidade coletiva, que era fazer parte do PCP e de tudo o que o PCP representava, como partido que tinha quase 100 anos e que tinha sido o maior contribuinte para a democracia do país, para o combate ao fascismo. -----

--- Continuou, salientando que acreditava que em Alpiarça a esmagadora maioria da população não tinha dúvidas de que o PCP era o partido que atualmente combatia o medo, que não se fechava às ideias e ao mundo, mas que procurava criar as condições para combater a maior parte dos flagelos sociais e até toda uma lógica de regressão ao nível de direitos, cidadania e civilização, que ainda se verificavam, e era isso que com os seus camaradas do partido procurava fazer todos os dias, e iria continuar a fazer, pois era isso que a população de Alpiarça nos últimos anos tinha visto em si enquanto Presidente da Câmara Municipal, dando-lhe maiorias absolutas em três eleições sucessivas, pelo que o quer desvalorizar isso, desvalorizar a função e a pessoa que desempenhava aquele papel, era desvalorizar também outros eleitos que tinham também eles assumido aquele papel. Admitiu que Alpiarça precisava de muitas coisas, de pessoas sérias, pessoas honestas, pessoas que não fizessem negócios à custa do Município, à custa da Câmara Municipal, pessoas que procurassem envolver os cidadãos, os munícipes em decisões mais coletivas, mais alargadas e era isso que ia continuar a fazer no terreno, apesar de todas as limitações e com as dificuldades acrescidas daqueles últimos meses, para defender os interesses da população, que em grande medida se confundiam com os

interesses do PCP e por isso, não havia problema nenhum em procurar concretizar os interesses do PCP, já que estes eram coincidentes com os interesses dos trabalhadores, do povo português e do povo de Alpiarça. -----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, para informar que a Câmara Municipal estava a acompanhar os clubes, principalmente no que dizia respeito às instalações desportivas da responsabilidade do Município, e que os planos de contingência estavam a ser preparados, juntamente com o Gabinete de Proteção Civil do Município de Alpiarça, pois apesar de nas modalidades coletivas a competição não existir a nível de formação, estava prevista a nível dos seniores, seguindo todas as regras necessárias de distanciamento, de participação na atividade individualmente e sem contacto entre os atletas, sem utilização de balneários, ou seja, tudo estava definido em relação aos atletas e era isso que estava a ser feito. Nos desportos individuais, podia haver competição, nomeadamente, no atletismo e no ciclismo a nível do contra-relógio, tudo seguindo as regras e com o máximo de cuidado para proteger quem participava nas atividades. Em relação a tudo o que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito, salientou que considerava que a política devia ser feita com dedicação, com paixão, com trabalho e era isso que essencialmente tinham feito e iam continuar a fazer e quanto aos “donos disto tudo”, quer a nível nacional, quer a nível local uns tinham a fama e outros tinham o proveito! -----

--- Tomou de novo a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, esclarecendo que a sua única preocupação sobre a questão da demissão do senhor ex Vice-Presidente era que gostava de ter a certeza de que, de facto, era o senhor Presidente Mário Pereira que presidia à execução das deliberações tomadas naquela Assembleia Municipal, era essa a certeza que precisava de ter. Quanto ao passado de luta antifascista do Partido Comunista, disse que se orgulhava de ser numa terra onde essa luta tinha sido intensa, mas não se devia confundir isso com a atividade da democracia do Partido Comunista pós o 25 de Abril, porque eram coisas distintas, e como tal, não reconhecia influência do Partido Comunista na defesa da democracia pós 25 de Abril, ou seja, só lhe reconhecia a luta intensa que tinha tido contra o fascismo, o que eram duas coisas distintas. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para explicar que na sua intervenção inicial, relativa à presença totalitária do PCP em Alpiarça, que tinha dado origem aos esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara Municipal, as considerações eram suas e portanto, responsabilizava-se única e exclusivamente pelas mesmas, mas já quanto às considerações verbo de encher, desautorização de eleitos, do Presidente e Vereador não mandarem em nada e que o Presidente era conivente com o Chefe de Gabinete, eram reproduções do ex Vice – Presidente da Câmara Municipal Carlos Pereira. -----

--- O senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe pediu a palavra para explicar que tinha recebido com agrado a comunicação do senhor Presidente da Câmara Municipal, quando tinha referido que o executivo municipal pretendia alargar ao máximo o número de decisores, de incluir os munícipes na decisão, mas estranhava com aquilo que o conselho municipal de juventude não tivesse sido introduzido, no sentido de dar a possibilidade a um maior número de pessoas de participar na decisão. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Graciete Brito que disse que ainda não tinha percebido se se tratava de uma candidatura global, para todos os edifícios escolares de Alpiarça, porque isso não vinha explicado ali no documento, pelo que gostaria de saber se as obras tinham que arrancar todas ao mesmo tempo, qual era o prazo das candidaturas, se já tinham havido ou não candidaturas. Disse que não estava a por em dúvida aquilo que lhe estava a ser dito, mas gostava de ficar mais esclarecida sobre o assunto.-----

--- Continuou a intervenção, questionando a quem tinham sido distribuídos os restantes pelouros do senhor ex Vereador Carlos Pereira, pois tanto quanto sabia a senhora Vereador apenas tinha ficado com o pelouro da Cultura, e portanto tinha havido uma concentração de pelouros, quer no senhor Presidente da Câmara Municipal, quer no atual senhor Vice – Presidente, pelo que gostava de saber o porquê dessa opção e também, se naquele momento a senhora Vereadora já tinha alguma visão para o desenvolvimento da cultura em Alpiarça a todos os níveis. -----

--- Terminou a intervenção, referindo que tinha achado graça à discussão sobre quem é que mandava, e em concreto às palavras do eleito Celestino Brasileiro, que tinha dito textualmente que queria valorizar a reabertura do Mercado Municipal e dizer qual a visão de futuro do executivo municipal, e portanto estava a assumir-se como executivo municipal. -----

--- Em resposta, o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro frisou que quando tinha falado na visão de futuro que o executivo tinha, era para aquele espaço, tinha-se referido concretamente àquele espaço e quem acompanhava as reuniões de Câmara e via os vídeos das reuniões de Câmara, e nem era preciso lá estar sequer, bastava ver para saber perfeitamente qual era a visão de futuro e quais os projetos que o executivo municipal tinha para o Concelho, e como tal, não estava a perceber onde é que a senhora Deputada Municipal Graciete Brito queria chegar, com aquela consideração que tinha feito, pelo que só lhe restava corroborar as palavras do seu camarada Mário Pereira, Presidente da Câmara Municipal, em relação à questão que tinha sido ali levantada sobre a renúncia ao mandato ex Vereador Carlos Jorge, sendo que lamentava profundamente que houvessem algumas pessoas do Partido Socialista local, e dizia algumas porque não eram todos e tinha a certeza que não eram todos, que alinhavam naquela campanha anti PCP, como tinha vindo a acontecer ao longo dos anos, mas mais concretamente nos últimos meses. Disse que lamentava profundamente que aquelas pessoas não reconhecessem a ação que o PCP tinha tido, quer no passado, quer no presente, mas sabia que havia pessoas do Partido Socialista local e nacional, que não tinham aquela opinião, nem aquela visão que ali tinha sido transmitida. -----

--- Lamentou que se estivessem a aproveitar daquele caso, que nem sequer era um caso interno, pois não havia ali nenhum problema interno da CDU, nem do PCP, mas apenas um Vereador que tinha decidido renunciar ao mandato, sendo que nem o PCP ou a CDU lhe tinham retirado a confiança política, como tinha acontecido recentemente, num concelho bem perto do de Alpiarça a um eleito do executivo do Partido Socialista numa Câmara Municipal. Frisou que respeitava a decisão que o ex Vereador tinha tomado, apesar de ter pena que aquilo tivesse acontecido, sendo que o que o mesmo tinha transmitido era a opinião do próprio, mas sabia que aquilo não correspondia ao que efetivamente se passava. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para referir que o Presidente da Câmara de Alpiarça exercia as competências que estavam na lei, efetivamente era o Presidente da Câmara de Alpiarça, pelo que nunca tinha colocado aquela questão, nunca tinha tido aquela dúvida, e nem se lembrava de se ter dirigido ao senhor Vereador Carlos Jorge, para lhe perguntar o que ele queria dizer com aquelas coisas, portanto da sua parte achava indiscutível que na equipa, na força política era o Presidente da Câmara Municipal que exercia as competências que estavam definidas na lei, da melhor maneira que podia e conseguia e como tal, não tinha qualquer dúvida relativamente àquela matéria. Em relação à democracia após o 25 de Abril, ressaltou que o PCP tinha sido um construtor da democracia, tendo antecipado inclusivamente um conjunto de propostas para a sociedade, até ainda no tempo do fascismo e tinha definido uma linha de combate ao regime, que tinha acabado em grande medida por se ter concretizado no 25 de Abril e depois naquele processo revolucionário, que se tinha seguido ao 25 de Abril, portanto era um partido fundador da democracia. -----

--- Relembrou que em 1974/75 quase todos os partidos eram socialistas, comunistas e procuravam o caminho do socialismo, enganando os seus militantes, enganando os seus simpatizantes, os seus eleitores, e isso tinha-se visto claramente pouco depois, mas o PCP tinha-se mantido na linha da defesa duma sociedade socialista, mais justa, mais democrática e grande parte dos princípios que o PCP defendia, tinham ficado inscritos na Constituição, sendo que atualmente a batalha ainda era exatamente no sentido de destruir parte das conquistas que o povo português tinha alcançado, com o processo revolucionário na sequência do 25 de Abril e com aquilo que tinha sido a capacidade do PCP, em articulação com outras forças políticas e sociais, de construir um modelo de sociedade a seguir ao 25 de Abril. Em relação à questão do conselho municipal de juventude e como sempre tinha dito, a perspetiva era a de alargar as decisões e discutir coletivamente, mas nem sempre isso era possível ou nem sempre tinham atingido esse objetivo plenamente, sendo que o conselho municipal da juventude era um entre muitos outros instrumentos de participação e na verdade tinha alguma reserva relativamente ao processo de participação através daqueles conselhos municipais e daquelas comissões municipais, muito rígidas em termos de funcionamento e pouco consequentes em termos práticos, e aquela era apenas uma opinião, pois não lhes negava totalmente a importância, mas relativizava-a até porque já tinha trocado opiniões com outros colegas, relativamente a tais assuntos e os mesmos tinham opiniões semelhantes, sendo que aquilo que se tinha visto anteriormente em Alpiarça, relativamente ao funcionamento de tais estruturas, era que no essencial enformavam dos mesmos problemas. -----

--- No que respeitava às candidaturas, lembrou que já tinha falado nisso em muitas ocasiões, e a Câmara Municipal até já tinha comunicado, já tinha informado sobre aquele assunto, sendo que havia várias formas de responder a tal questão, e num passado recente tinha assistido a respostas duma arrogância extrema a questões daquele género, mas ia procurar com toda a calma explicar à senhora Deputada Municipal Graciete Brito, mais uma vez, que existiam três candidaturas, duas em fase de concurso e uma cujo concurso seria lançado em breve, para as escolas do Concelho, nomeadamente, para a escola EB2/3

Secundária José Relvas, com um valor de mais de dois milhões de euros e que consistia na requalificação global de todo o edificado e na criação de um bloco novo, pelo que esperava que a obra realmente se concretize, pois havia um conjunto de procedimentos e de regras muito rígidas a cumprir, cujo fim de linha era inclusive o Tribunal de Contas. Continuou, explicando que a escola EB1/JI do Frade de Baixo, que não tinha amianto, também ia sofrer uma intervenção de melhoria global de todo o espaço, de todo o edificado, bem como a escola EB1/JI de Alpiarça, situada na Avenida Carlos Relvas, que iria igualmente ser totalmente requalificada, incluindo a substituição do amianto. -----

--- Terminou a intervenção, para dizer que a distribuição dos pelouros era pública, já tinha sido publicitada, mas pedia desculpa por não ter referido o assunto no início, pois de facto a Vereadora Casimira Alves iria para já assumir o pelouro da cultura, o que representava a responsabilidade pela atividade e iniciativas do Município a nível cultural, bem como pelos eventos de maior dimensão, como as feiras e todas aquelas áreas, sendo que a senhora Vereadora iria ficar no regime de meio tempo, embora a distribuição dos pelouros fosse dinâmica e por isso, a qualquer momento podiam ser atribuídos novos pelouros e inclusivamente mais tempo à senhora Vereadora. -----

--- **Ordem do dia** -----

--- **Ponto 1: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua atividade financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para Conhecimento.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que durante aquele período, a atividade institucional, as iniciativas e os eventos tinham sido muito prejudicados, em concreto nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, mas de qualquer forma tinha decorrido a reabertura do Mercado Municipal, após as obras da 1.ª fase de requalificação, que era o facto mais relevante daquela informação. Tinha, também, ocorrido a alteração da composição do executivo municipal, com a entrada da senhora Vereadora Casimira Alves, que tinha tomado posse a 8 de setembro e depois, em relação à situação financeira disse que a mesma estava ali refletida, com cerca de 8 milhões de euros a menos de endividamento, relativamente ao que se registava em 2009, o que era muito significativo e representava também uma nova fase da capacidade financeira do Município e da sua saúde financeira. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para questionar sobre qual tinha sido o resultado da reunião com administração da EDP, porque as quebras, as deficiências e cortes no fornecimento de energia elétrica se mantinham. Perguntou, ainda, se já existia alguma informação sobre a recolha seletiva, na sequência da reunião mantida com o conselho de administração da Resiurb e Ecoléziria, ou seja, se era possível informar sobre a previsão para o início da recolha seletiva. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que na reunião com a EDP, tinha sido tratada aquela questão e a própria empresa tinha aproveitado para apresentar um responsável regional. Disse que a reunião tinha sido solicitada exatamente para se avançar naquela matéria, e que já tinham também desenvolvido algumas diligências, inclusivamente junto da Secretaria de Estado da Energia e da entidade

reguladora, relativamente à questão do reforço da rede, do reforço da linha e a EDP já apontava como hipótese de resolução a construção duma subestação elétrica no Concelho de Alpiarça, sendo que tinham inclusive tido nota que tal processo estava já a ser desenvolvido, após a aprovação do plano de investimentos da EDP, que tinha que ser aprovado na Assembleia da República, pelo que já havia uma ideia relativamente ao local de instalação, mas haviam algumas questões do ponto de vista do enquadramento urbanístico que tinham que ser resolvidas, embora à partida fosse nos arredores da zona industrial junto à fábrica da Suprema. -----

--- Esclareceu, também, em relação à recolha seletiva, que seria mais uma recolha porta a porta, pois a recolha seletiva supostamente já era feita há muitos anos, embora nem sempre nas melhores condições, mas era feita havia já vários anos e portanto, tratava-se dum modelo experimental de recolha porta a porta, de início apenas em alguns locais de cada uma das sedes dos concelhos, pois para além de existirem ainda algumas dúvidas relativamente a tal processo, o mesmo implicava uma grande motivação, uma grande mobilização das populações e isso só era atingível com a possibilidade de haver contacto direto com as pessoas, para que as mesmas pudessem aderir a tal projeto, que ainda era apenas piloto, porque a empresa Ecoléziria estava ainda a preparar tal processo. -----

--- **Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

--- **Ponto 2: Proposta para aprovação do Projeto de “Regulamento Municipal do Complexo dos Patudos”. Para deliberação.** -----

--- interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal para explicar que a proposta era no sentido da Assembleia Municipal aprovar definitivamente o Regulamento Municipal do Complexo dos Patudos, pelo que julgava que não havia muito a discutir naquela fase, sendo que o documento tinha estado em consulta pública, não tendo havido propostas de alteração e portanto, já tinha sido aprovado novamente na Câmara Municipal e remetido para aprovação definitiva. -----

--- O senhor Deputado Municipal Abel Pedro tomou a palavra e disse que como era óbvio, o Partido Socialista iria votar favoravelmente aquela proposta do Regulamento Municipal do Complexo dos Patudos, que era um documento já há muito reclamado pelos eleitos do Partido Socialista, sendo um instrumento fundamental para a boa gestão de toda a área do Complexo, pois o que existia era apenas um regulamento sobre a pesca na Barragem e todas as outras infraestruturas que compunham o Complexo não estavam contempladas, e todas as outras atividades que não fossem de pesca careciam duma regulamentação, que agora estava ali naquela proposta. Referiu que já tinham havido abusos e até alguns atos criminosos naquela zona, que tinham ficado impunes pela não existência daquele regulamento, onde agora ficariam estipuladas regras claras para utilização do Complexo. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu para sugerir que, antes da publicação, fosse feita uma leitura global do documento, para corrigir alguns aspetos de pormenor, ou seja, para fazer uma revisão global da ortografia. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que tinha que reconhecer que aquele regulamento tinha

surgido na sequência de algumas ideias, de algumas propostas e de alguma insistência dos Vereadores do Partido Socialista, mas o regulamento só por si não ia resolver os problemas, porque depois era necessário conseguir fazê-lo cumprir e como tal, iriam procurar que ele fosse cumprido, para se tornar eficaz. Em relação às sugestões de correção, referiu que já tinham olhado para o documento várias vezes, também já tinha ido à Câmara Municipal duas vezes, mas era evidente que podiam haver gralhas, por isso ia pedir que se fizesse uma revisão do texto ao nível daqueles lapsos. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 3: Proposta de alteração do Mapa de Pessoal para 2020. Criação do cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil. Para deliberação.** -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que explicou que aquele assunto também já tinha sido aprovado na Câmara Municipal, por unanimidade, e que se tratava de criar no mapa pessoal, ainda para o ano de 2020, o cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil, que era uma exigência decorrente de alterações legislativas à Lei de Bases da Proteção Civil, e que depois naturalmente implicava a nomeação dum coordenador para exercer aquelas funções. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 4: Proposta de medidas de apoio à população e ao comércio local - prorrogação de isenção de taxas e rendas. Para deliberação.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez a apresentação do ponto, referindo que se tratava de mais uma prorrogação das medidas de apoio à população e ao comércio local, na decorrência da situação da pandemia e tratava-se exatamente de estender, por mais 60 dias tais medidas de isenção, com uma ligeira nuance relativamente às rendas mensais das habitações propriedade do Município, situadas no Concelho de Alpiarça, para as quais se exigia comprovação da perda de rendimentos, ou seja, de pelo menos um terço dos rendimentos. -----

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 5: Proposta de Autorização para apresentação de candidatura para a contratação de um empréstimo da Médio e Longo prazo à linha BEI Portugal 2020 – Autárquicas – requalificação da Escola Básica Frade de Baixo – Alpiarça – Código – ALT20-02-5673-FEDER-000097. Para deliberação.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para dizer que o ponto tinha sido aprovado por unanimidade na Câmara Municipal, no dia 22 de Setembro, e o empréstimo destinava-se à requalificação da escola básica do Frade de Baixo. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos tomou a palavra, explicando que proposta de autorização do empréstimo da linha BEI estava enquadrada de acordo com os objetivos da própria linha, que visava criar melhores condições para acelerar a execução das operações do Portugal 2020, através de soluções de crédito com condições mais favoráveis do que as disponíveis no mercado bancário, contribuindo desse modo para o crescimento, a competitividade e a coesão da economia portuguesa. Disse que o valor mínimo de financiamento concedido por aquela linha era de 10 mil euros, com prazo de financiamento até 15 anos

ou em casos justificados até 20 anos e no caso daquela proposta a mesma podia variar, podia optar-se pela taxa variável da Euribor a 6 meses, mais 0,277% ou taxa fixa de 1,564%, sendo que o valor do empréstimo não era considerado para efeitos de apuramento de dívida total e destinava-se à requalificação da Escola Básica do Frade de Baixo, que tinha um montante aprovado na candidatura no total de 14.784,61 euros e a proposta de empréstimo ou de financiamento ali era de 16.161 euros, com o prazo de financiamento até dez anos, dois anos de cadência mais oito de amortização e com a amortização a ser feita semestralmente.--

--- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 6: Proposta de Autorização para a contratação de um Empréstimo de Médio/Longo prazo até ao limite de 164.800,00 euros. Para deliberação.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra e deu nota de que o ponto tinha sido aprovado por unanimidade, na Câmara Municipal no dia 22 de Setembro, e o empréstimo tinha como limite o valor de 164.800,00euros, para fazer face à construção dos novos balneários do Estádio Municipal, bem como também para aquisição de um lote de terreno na área do Centro Cívico, para poder ser desenvolvido e concretizado o projeto da 2.ª fase do Mercado Municipal e da recuperação ao nível da regeneração urbana de toda aquela área. -----

--- O senhor Vereador João Pedro usou da palavra para especificar que quer o ponto 6, quer o ponto 7 se enquadravam dentro do plano de investimentos que tinha sido aprovado ali na Assembleia Municipal, sendo que a separação dos empréstimos se prendia essencialmente com o tempo estimado de vida útil de cada um dos investimentos, pois os balneários tinham um tempo de vida útil estimado superior e por isso era possível obter um empréstimo por 20 anos, mas todos os restantes investimentos tinham um prazo de empréstimo de 15 anos. Continuou frisando que ao longo de todos os mandatos, tinham transmitido que a situação financeira do Município era uma situação altamente deficitária, com 2,7 vezes o volume de dívida, pois o limite de dívida permitido era de 1,5 e o Município de Alpiarça tinha 2,7, sendo que esse índice de endividamento significava que para a Câmara Municipal poder concorrer a empréstimos, tinha que estar abaixo do limite da dívida total e todo esse percurso tinha sido feito ao longo de quase dez anos.-----

--- Relembrou o corte de verbas de transferência para os municípios, que no caso do Município de Alpiarça reportando a 2010, só em 2019 é que tinha tido transferências do mesmo nível de 2010, e portanto se de 2010 a 2019 tivessem mantido o mesmo volume de transferências, significava que até 2019 teriam recebido mais 3 milhões de euros e frisou que só a partir do ano de 2017 é que tinha havido uma diminuição do endividamento, que permitia agora uma margem abaixo do endividamento na ordem dos 3,3 milhões de euros. De seguida, especificou numa forma geral, todo o investimento que pretendiam fazer com aqueles dois empréstimos, nomeadamente, intervir na Rua 5 de Outubro, na Rua Afonso de Albuquerque, na Rua Dr.º Armindo Duarte Paciência, na Rua Eng.º Ruy de Andrade até à Reserva Natural do Cavalinho Sorraia, na Rua da Bagageira, na continuação da Rua Jacinto dos Mártires Falcão, em toda a parte que não estava alcatroada, na Rua Visconde Barroso, no bocado deteriorado, na rua do Largo Vasco da Gama até ao Parque Carril, na Rua de São Martinho, no Frade de Cima, na continuação da Rua Manuel José Coutinho, no



Casalinho até ao limite das casas, na Estrada da Lagoalva, no Frade de Cima na Rua Dr. Castelão de Almeida, na parte mais danificada e também proceder à construção dos balneários e à substituição do relvado sintético no Estádio Municipal. -----

--- Terminou, informando que a proposta mais vantajosa tinha sido a da Caixa Geral de Depósitos, com o spread de 1,04% indexado à Euribor a 6 meses, com um prazo de empréstimo até 20 anos. -----

- **Deliberação: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 7: Proposta de Autorização para a contratação de um Empréstimo de Médio/Longo prazo até ao limite de 512.432,89 euros. Para deliberação.** -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que explicou que se estava ali a propor a contratação dum empréstimo, no valor 512.432,89 euros e que tinham sido convidadas sete entidades bancárias, sendo que quatro tinham apresentado proposta, sendo a mais vantajosa a da Caixa Geral de Depósitos, com um spread de 0,88%, indexado à Euribor a 12 meses. Salientou que, o BPI apesar ter apresentado um valor inferior de spread de 0,80%, tinha uma comissão de abertura de 2.000 euros e de desembolso do valor de mais 2.375 euros, o que representaria um custo de 4.375 euros a mais, no período de desenvolvimento do próprio empréstimo e por isso, ficaria mais caro que do que a proposta que estava a ser ali apresentada. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, começando por referir que não tinha nada contra empréstimos, antes pelo contrário, pois desde que o serviço da dívida conseguisse ser cumprido os empréstimos eram benéficos e deviam ser usados, como era o caso do BEI, que colocava uma intervenção só como uma necessidade de auto-financiamento de 1%, e isso era apreciável para um executivo, pelo que era bom que todos os executivos pudessem recorrer àqueles empréstimos. Frisou que aqueles dois empréstimos eram desejáveis, e mesmo que voltassem a colocar novamente a Câmara Municipal na capacidade máxima de endividamento, isso não era drama algum, pois o drama verificava-se era quando existiam medidas que os municípios não controlavam e que eram tomadas a nível central, ou seja, quando de repente diziam que o limite do endividamento era reduzido em 50% e o Ministro das Finanças podia fazer aquilo, como tinha feito em 2005. -----

--- Sobre o ponto em concreto e no que às vias municipais dizia respeito, voltou a referir que entendia ser absolutamente conveniente e necessário, que a Assembleia Municipal tivesse conhecimento de qual era a área a reparar e que tipo de intervenção se iria concretizar, pois no âmbito do plano de investimentos verificavam-se investimentos de 2.400 euros, o que era uma coisa despiciante e que não fazia sentido sequer ser apreciada daquela forma, pelo que solicitava que houvesse o cuidado de ser facultada uma informação pormenorizada, para saberem o que é que iam aprovar, o que é que se pretendia que fosse aprovado, pois olhando para os valores que ali estavam e pelo conhecimento que tinha das vias municipais que estavam ali referidas, ficava com algumas dúvidas. Deu como exemplo a Estrada da Lagoalva, para a qual estava previsto um investimento de 124 mil euros, mas não se dizia qual era a base de cálculo para chegar ao mesmo, qual era a área que ia ser intervencionada, quantas camadas de desgaste é que iriam ser

colocadas, e depois também se elencavam ruas que ainda estavam sem qualquer alcatrão, continuando-se a não referir qual era a intervenção que se ia fazer. -----

--- Reforçou que era lamentável que se desrespeitasse a Assembleia Municipal, e se desrespeitasse a dobrar, pois a informação não tinha sido dada em Julho, quando o próprio tinha chamado à atenção para aquilo e voltava a ser desrespeitada naquele momento, o que já não era falta de respeito, mas antes arrogância perante um órgão que tinha sido legitimamente eleito e que estava a funcionar. Em relação às opções tomadas, frisou que tinha algumas dúvidas nas escolhas da vias a intervir, nomeadamente, a ligação do Parque do Carril ao Largo Vasco da Gama, uma vez que, existia um projeto na Câmara Municipal que tinha em vista uma ligação, valorizando ou potenciando a oferta comercial na designada zona do Centro Cívico, com a previsão da execução duma ligação de âmbito pedonal, entre o Carril e o Centro Cívico, que teria que passar pelo Largo Vasco da Gama, pelo que achava que não fazia muito sentido, comparativamente com outras situações bem mais gritantes, que faziam falta para Alpiarça e para o bem-estar da comunidade, e como tal, considerava que aquela era uma via que manifestamente estava ali a mais e que devia ser retirada, a menos que a Câmara Municipal dissesse que aquele plano que havia tinha sido abandonado e a intenção era outra, mas como nada tinha sido anunciado, julgava que o plano continuava a ser uma intenção da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

--- Disse, depois, que aquelas não eram de facto as suas prioridades e que nem todas as vias referidas apresentavam a mesma urgência de intervenção, mas percebia o efeito eleitoral que se pretendia tirar com aquelas medidas e não havia mal nenhum nisso, mas isso devia ser assumido, deviam assumir que tinham cedido à tentação do calendário eleitoral, que estavam a praticar uma coisa de que sempre tinham acusado os outros, até porque considerava que a auto-crítica era construtiva e educativa. Continuou, dizendo que considerava que a questão era mais profunda, porque julgava que se tinha que respeitar algo que se tinha vindo a abandonar nos últimos anos, que era a identidade de Alpiarça, pois Alpiarça era um Concelho rural que devia preservar essas características de Concelho rural, potenciando as suas especificidades qualitativas no mundo rural, de forma a dar qualidade ao quotidiano. -----

--- Salientou que entendia que destruir o espaço exterior da Casa dos Patudos, que era a imagem das quintas ribatejanas, na margem sul do Tejo, não era respeitar a identidade de Alpiarça, não tinha lógica e era destruir uma oferta em termos históricos, tal como tinha acontecido também no Jardim Municipal e no espaço frontal ao edifício dos Paços do Concelho, onde aquilo que tinha sido feito não tinha nada a ver com uma identidade duma terra rural. Defendeu que valorizar a identidade do Concelho, seria consagrar a ligação do rio ao Centro Cívico, não para carros, não para camionetas, não para tratores, mas para as pessoas, para melhorar a qualidade de vida da comunidade e portanto, achava que tal plano não devia ser abandonado e por isso, não fazia sentido aquela estrada ali prevista. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata iniciou a intervenção dizendo que tinha um referencial sobre aquelas obras no espaço urbano, nas vias públicas e esse referencial era aquele asfaltamento que tinha sido efetuado alguns meses antes das últimas eleições autárquicas, que tinha sido feito a correr,

destruindo os perfis de escoamento dos arruamentos, criando lagos, criando poças, porque o que era necessário era “pintar as ruas de negro”. Salientou que Alpiarça era uma Vila agressiva, muito agressiva e seria interessante que alguém próximo da Câmara Municipal pegasse num carrinho de compras, num carrinho de bebé, ou num daquelas veículos elétricos destinado a pessoas de mobilidade reduzida, e percorresse as ruas da Vila, de preferência com a ambulância atrás, para perceber como a mesma era agressiva para com os transeuntes e não estava a falar do passado, estava a falar do presente, porque não se notava em nenhuma intervenção que alguém tivesse pensado no peão, pois eram feitos passeios que não eram passíveis de serem utilizados por carrinhos de bebés, por pessoas com mobilidade reduzida, por cadeiras de rodas, portanto, verificava-se uma total ausência de intenção de pensar nas pessoas que circulavam a pé e isso deixava-o preocupado, a ausência de preocupação em relação aos peões nos projetos dos arruamentos que iam ser intervencionados. -----

--- Solicitou a palavra o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para referir que concordava com o plano de investimentos que tinha sido apresentado na última Assembleia Municipal, e naturalmente também concordava com aquele empréstimo para fazer face a uma parte desse plano de investimento, e como tal, sem prejuízo de valorizar os outros projetos, pretendia destacar o relvado do Estádio Municipal, o melhoramento desse espaço e duas das vias que estavam ali referidas, que eram a Estrada da Lagoalva e a estrada que ia da Adega da Gouxá até ao limite do Concelho para o lado de Almeirim, porque entendia que eram duas vias importantíssimas para os agricultores e que havia muito tempo, quer em reuniões de Câmara, quer nas próprias Assembleias Municipais, que os deputados municipais reivindicavam a sua reparação e que agora seriam colocadas à disposição dos agricultores, o que os iria ajudar bastante, já para não falar da própria Quinta da Lagoalva de Cima, porque naturalmente era um exemplo para o Concelho, sobretudo ao nível do Enoturismo, sendo certo que a reparação daquela via certamente iria beneficiar a quinta. Disse que, quando se falava em desenvolvimento do Concelho, se estava a falar também e como tinha ouvido tantas vezes no passado, nas vias de comunicação que eram importantíssimas para que houvesse desenvolvimento do Concelho, sendo que as vias existentes só tinham chegado àquele ponto de degradação, porque não tinha havido condições nos últimos onze anos para as poder reparar e por isso é que tinha sido utilizado um tipo de alcatrão, uma massa que tinha sido aplicada havia quatro anos, que não era aquilo que a CDU e o executivo da CDU tinham desejado fazer, mas tinha sido o possível na altura e na verdade, tinha melhorado bastante aquelas vias de comunicação, que nalguns casos estavam com pedras soltas e atualmente estavam perfeitamente compactadas. -----

--- No que respeitava à tentação eleitoral, referiu que o senhor Vereador João Arraiolos tinha sido perfeitamente claro em relação aos prazos, e por isso, quem quisesse entender certamente que entendia porque é que só naquele momento é que aqueles empréstimos estavam a ser apresentados na Assembleia Municipal, pelo que julgava que não era preciso dizer o porquê, mas também podia dizer que ao longo dos últimos onze anos, uma das grandes obras da CDU tinha sido a recuperação financeira da Autarquia e que tinham chegado àquele momento de poder apresentar uma proposta de empréstimo, graças à visão dos

executivos municipais da CDU. Para terminar, sobre a identidade do Concelho e sobre a Praça do Município, referiu que uma praça que tinha zonas verdes, tinha árvores, tinha um elemento que era comum em muitos concelhos, que era a calçada portuguesa, tinha naturalmente identidade, o que talvez não acontecesse com a Praça José Pinhão, que só tinha pedra mármore e tanto quanto sabia, nas redondezas de Alpiarça não havia nenhuma exploração de mármore, e por isso, questionava qual seria a ligação do Concelho àquelas pedras, ou onde estava refletida a identidade do Concelho naquele local. -----

--- Interveio de novo o senhor Presidente da Câmara Municipal, para dizer que algumas das questões ali levantadas, já tinham surgido na reunião de Câmara, não todas evidentemente, mas algumas e tinha sido dada a oportunidade de se fazer essa discussão, e tinha sido perceptível que havia alguma resistência na aprovação, na inclusão da estrada que ia da Praça Velha até ao Carril no role das estradas a intervir, sendo que na altura lhe tinha parecido ser essa a única resistência que existia, relativamente à aprovação do plano, apesar de naturalmente ter havido a referência ao facto não serem aquelas as opções de raiz dos senhores Vereadores do Partido Socialista, mas a questão objetiva que estava em causa era aquele pedaço de estrada e por isso, o próprio tinha sugerido inclusivamente poder-se retirar aquela via, se aquilo fosse motivo para a não aprovação, mas tinha percebido que não era e como tal, tinham mantido a estrada em causa no plano. Disse que não havia nenhum projeto para a concretização dum caminho pedonal naquela zona, e apenas sabia da existência dum estudo que já tinha alguns anos e que o Partido Socialista depois de ter o estudo, tinha tido bastante tempo para o concretizar, mas não o tinha feito e não se lembrava bem porque motivo, talvez porque tivesse outras opções, o que era compreensível, mas ainda assim não discordava da possibilidade da utilização daquela área como um espaço pedonal, porque seria também uma valorização do acesso àquela área da Vila, embora julgasse que isso não implicava prescindir da ligação rodoviária, já que as coisas podiam coexistir e portanto, não havia problema nenhum de eventualmente isso se concretizar, já que a Câmara Municipal de Alpiarça tinha nos anos seguintes, todas as condições para concretizar um acesso daquele género, independentemente de haver ou não o alcatroamento daquela rua.-

--- Em relação à questão colocada pelo senhor Deputado Municipal Armino Batata, disse que era mais sensível à mesma e estava perfeitamente de acordo com o que tinha sido dito, mas também tinha a noção que a alteração daquele paradigma construtivo, urbanístico e de circulação, não se operava em dois ou três anos, mas em dez ou vinte anos, eventualmente, porque estavam a falar de características urbanas com séculos, implementadas ao longo do século XX, o que criava um conjunto de obstáculos e tornava de facto Alpiarça uma Vila pouca amiga de quem andava a pé. Continuou dizendo que o que podia ali deixar expresso era que aquela opção podia significar uma primeira fase duma operação mais vasta, que depois passasse exatamente pela recuperação das áreas de circulação pedonal, e eventualmente doutros espaços onde isso fosse possível, numa segunda fase que a Câmara Municipal podia trabalhar com toda Assembleia Municipal e que se concretizasse por um nova forma de financiamento bancário, como aquela que estavam ali a propor. -----

--- Disse que o asfaltamento feito em 2017, tinha sido o possível na altura, porque havia um conjunto de

problemas que se colocavam todos os dias e que se arrastavam e também haviam ruas já alcatroadas que se estavam a desfazer, nas quais já não havia quase alcatrão, mas apenas brita espalhada por todo o lado e por isso, certamente que todos reconheciam que mesmo com toda a falha da solução encontrada, o que era certo é que parte dos problemas tinham sido limitados e as ruas estavam em melhores condições para circular. Salientou que não estavam ali para discutir a Praça do Município ou a Casa dos Patudos, pois como era evidente não tinham opiniões convergentes relativamente às mesmas, mas aquele também não era o momento para discutir isso, porque também já tinham tido oportunidade de referir as divergências, relativamente a algumas das opções tomadas pelo Partido Socialista, e como tal, todas as opções eram criticáveis, mas estavam confortáveis com as soluções que tinham encontrado e que até lhes tinham permitido receber prémios na área da regeneração urbana e do cuidado com os centros históricos. -----

--- Em resposta ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, disse que nada daquilo era lamentável, nada era desrespeitoso, porque não se tratava da apresentação da proposta a um colégio de engenheiros ou num congresso de engenharia, mas apenas da aprovação dum empréstimo bancário, e como tal, as questões que tinham sido mencionadas não eram questões para a Assembleia Municipal, nem eventualmente para a Câmara Municipal, pois nenhum eleito avaliava as questões técnicas ali referidas, até porque as soluções eram encontradas pelos serviços, que certamente se guiavam por fórmulas de cálculo que permitiam aquelas soluções, pois era isso que lhe era solicitado, que desenvolvessem o trabalho e que avaliassem os custos das obras que se pretendiam executar, e portanto, não conseguia ali encontrar qualquer desrespeito pela Assembleia Municipal, nem nada de lamentável ou qualquer atitude de arrogância, sendo que a arrogância tinha sido demonstrada na intervenção a que ali se tinha assistido momentos antes sobre aquele assunto. -----

--- Quanto ao referido drama, frisou que aquele não tinha sido a mudança administrativa dos limites de endividamento ou a fórmula de cálculo, o drama tinha sido a CDU em 2009 ter chegado à Câmara Municipal e ter-se deparado com uma situação que bloqueava por completo a atuação, face ao excesso de endividamento que se verificava, e por isso, objetivamente e independentemente da alteração da regra, tinham que ter olhado para a dimensão do Município de Alpiarça e para a sua capacidade de encontrar receita, para suportar o próprio funcionamento e todos os investimentos pretendidos, e esse é que tinha sido o drama a que aquele executivo teve que fazer face durante uma série de anos até agora, sendo que felizmente já estavam em condições de apresentar aquela proposta e concretizar aqueles projetos que iam ao encontro das necessidades da população, mas caso não concordassem com os mesmos, os senhores deputados podiam reprová-los e depois ir explicar à população porque é que não tinham aprovado, porque é que não tinham viabilizado um investimento que ia melhorar as suas condições e qualidade de vida, bem como explicar às centenas de jovens que utilizavam o campo de futebol, que não tinham aprovado a substituição do relvado sintético, quando nos mandatos do Partido Socialista, num espaço de cinco anos até tinham mudado de relvado sintético duas vezes. Disse que estavam a querer retirar a uma geração de atletas do Clube Desportivo dos Águias e aos seus dirigentes, o direito de utilizar aquele espaço em

condições e isso não era justo, não era legítimo, pois estavam a falar de obras perfeitamente objetivadas e não de coisas etéreas, de ideias ou visões, mas de questões muito concretas e era perante aquilo que a Assembleia Municipal se tinha que pronunciar. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, dizendo que tinha achado que na sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha conseguido misturar tudo, mas não tinha respondido a muita coisa do que efetivamente tinha sido perguntado, pois apenas se pretendia saber se os valores apresentados eram suficientes e não duvidava que tivessem sido feitos estudos, mas apenas queriam essas informações. Em relação à forma de explicar o assunto às pessoas, disse que explicaria como tinha sido explicado em 96/97 às pessoas do Frade de Cima, do Frade de Baixo e da Gouxaria ou do Casalinho, que não tinham estradas alcatroadas, explicavam exatamente da mesma maneira, ou seja, o Partido Socialista tinha chegado lá e tinham visto que nalguns casos não havia sequer esgotos. -----

--- Sobre a Estrada da Lagoalva, referiu que a mesma tinha uma extensão que ele não sabia qual era, mas esperava que o senhor Presidente da Câmara Municipal soubesse, que soubesse qual era a extensão e a largura da estrada, e também quanto custava um metro quadrado daquela estrada, ou seja, que soubesse que os 124 mil euros que ali estavam previstos, não davam apenas para os 100 metros da Estrada da Quinta da Torre e depois acabava-se. Salientou que havia ali investimentos irrisórios e que podiam ter sido já concretizados, nomeadamente, um valor de 2.400 euros que tinha sido ali incluído naquele pacote, e por isso não acreditava que a Câmara Municipal não tivesse tido já condições para realizar esse investimento, e era isso que os podia levar efetivamente a pensar que houvesse ali alguma propaganda eleitoral. -----

--- Frisou que a Estrada da Lagoalva era importantíssima, tal como a Estrada Municipal 1462, mas duvidava que os seus alcatroamentos se conseguissem fazer por aqueles montantes, mas seria ótimo que fosse possível. Disse, ainda, que os eleitos não estavam na Assembleia Municipal para aprovar o que lhes aparecia, pois também faziam os seus contactos, os seus cálculos e verificavam que os valores eram baixos.-

--- Em relação ao Estado Municipal, lembrou que o Estádio Municipal de Alpiarça tinha sido o primeiro no Distrito de Santarém, e um dos primeiros do país a ter relva sintética, e quando tinha sido colocada a relva sintética naquele ano, a tecnologia ainda não estava tão desenvolvida, os trabalhos eram feitos com areia, e como a areia com água solidificava, ao fim de pouco tempo o campo estava impraticável, e por isso tinha sido de novo mudada a relva, que já era de borracha, sendo que a nova geração já era feita com relva sintética e natural ao mesmo tempo. Frisou que ninguém estava a pôr em causa que aquilo devia ser feito, mas apenas queriam saber quais as extensões das ruas a alcatroar, o que é que lá ia ser colocado, para perceber se os valores eram suficientes, mas já estava a perceber que havia receio em dar todas as informações. -----

---O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu pediu de novo a palavra e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que o mesmo tinha por hábito tentar baralhar quem se deixava baralhar, e tinha por hábito nas explicações que dava agarrar-se ao acessório, tentado fazer esquecer o principal, sendo que parecia que não gostava de algumas adjetivações. Recordou que em julho de 2020 a

intenção de contratação do empréstimo tinha estado presente naquela Assembleia Municipal, e tinha sido sugerido que a proposta fosse devidamente explicada, para que não se pedisse um cheque em branco a ninguém, mas tinham passado mais de dois meses e se os serviços já tinham aquela proposta feita, o que se pedia era uma coisa tão simples como dizer qual era a área de intervenção, porque caso se olhasse para a dimensão da Estrada da Lagoalva e se aplicasse única e exclusivamente uma camada de desgaste, pensava que a verba era insuficiente, pois mesmo que fosse só uma camada de desgaste, não se fazia com menos de 220 mil euros, portanto faltavam ali 100 mil euros, e era essa matéria que convinha que fosse explicada, porque ao contrário do que tinha sido dito, essa era matéria da competência da Assembleia Municipal, que era o órgão de fiscalização da Câmara Municipal e portanto, havia toda a pertinência em que tais assuntos fossem ali apreciados corretamente, pois só assim se encontravam soluções construtivas. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para explicar que o que tinha dito era que naquela proposta não havia uma referência à melhoria dos caminhos para os peões, dos acessos para os peões, e apesar de saber que aquilo podia levar muitos anos, havia uma coisa que todos sabiam e era que aquilo tinha que começar, porque enquanto não começasse não sabiam quando é que acabava, e por isso entendia que num investimento de cerca de meio milhão de euros, devia haver uma menção à preocupação com o espaço urbano onde as pessoas circulavam, pois até estávamos no século XXI que era o século das vilas e das cidades para os peões, porque o século XX é que tinha sido o século das vilas e cidades para os automóveis. -----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo que não tinha tido a capacidade de convencer os senhores Deputados Municipais do Partido Socialista e o senhor Deputado Municipal do PSD e como tal, não tinha muito mais a dizer a não ser que aquela proposta era perfeitamente leal, estava enquadrada a todos os níveis do ponto de vista técnico, do ponto de vista financeiro e era uma proposta que ia ao encontro da necessidade da população, pelo que não conseguia compreender como é que podiam chegar junto das pessoas cuja a rua não ia ser arranjada, não ia ser alcatroada, como é que iam chegar junto das pessoas da Rua Jacinto do Mártires Falcão ou de todas as outras que ali estavam e lhe diziam que o século XXI não era o século dos carros, não era o século do asfaltamento de vias, como é que podiam chegar junto das crianças, dos técnicos, dos dirigentes do Clube Desportivo do Águias e dizer que não iam ter o relvado sintético em condições e explicar-lhes a razão pela qual não tinham aprovado aquela proposta da Câmara Municipal, mas ainda assim iam procurar resolver o problema àquelas pessoas e também do ponto de vista político, explicar-lhe porque é que não iam conseguir concretizar já aquilo que era uma necessidade fundamental. -----

--- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que era meia-noite e por isso, solicitava a aprovação da Assembleia Municipal para continuar os trabalhos, o que foi aceite.** -----

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu tomou novamente a palavra para dizer, relativamente àquela matéria, que tinha comprovado que o senhor Presidente da Câmara Municipal não tinha respondido ao essencial, portanto quando estava tão preocupado sobre a forma como o Partido

Socialista se iria justificar publicamente, certamente que também iria ter alguma dificuldade em justificar publicamente como é que não tinha conseguido entregar na Assembleia Municipal um quadro, com as operações devidamente fundamentadas, pedindo à Assembleia Municipal um cheque em branco. Disse que compreendia a dificuldade em defender aquela proposta e lançou um repto, para que na altura da concretização a equipa fosse ali à Assembleia Municipal demonstrar que, efetivamente, todas aquelas operações tinham sido concretizadas com aquele valor e que o que ali estava era correto e aquele era um voto de confiança que pessoalmente lhe passava, esperando que o mesmo fosse reconhecido e que fosse aceite aquele repto, pois assim aprovaria a proposta. -----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer que, se era assim que se discutia política em Alpiarça, então aceitava o repto para que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, se assim o entendesse, pudesse colocar o ponto à votação. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata pediu a palavra para dizer que tinha tomado devida nota dos argumentos do senhor Presidente da Câmara Municipal, e um era sobre quem é que explicava à população ou quem é que explicava às pessoas a não realização das obras, e em sua opinião essa função competia à Câmara Municipal, ao executivo, ou seja, era o executivo municipal que tinha que explicar às pessoas o que tinha sido decidido nos órgãos autárquicos. -----

--- **Deliberação: Aprovado por maioria com 15 votos a favor (8 CDU e 7 PS) e 1 abstenção (MUDA).** -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro: *“Eu votei a favor porque tal como disse, e o que foi aqui demonstrado, é que estes investimentos são absolutamente necessários para a nossa população, para os nossos munícipes, para o desenvolvimento da nossa terra, para os nossos agricultores também, pelas duas vias que aqui referi e pela perigosidade que representa a própria rua que vai da Adega da Gouxá até ao limite do Concelho, portanto por tudo isso e porque eu acredito nos técnicos da Câmara, porque acredito nos números que foram aqui apresentados, nos valores que foram apresentados, votei favoravelmente esta proposta e por isso a bancada da CDU também votou favoravelmente”*. -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Armindo Batata: *“Eu abstive-me na votação, porque Alpiarça é uma Vila agressiva para quem se desloca a pé, utiliza os espaços pedonais, e nesta proposta não há uma única referência à alteração dessa situação”*. -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu: *“Como disse ao longo das intervenções sobre este ponto, a Bancada do PS têm muitas dúvidas relativamente à capacidade de concretização do plano de asfaltamento que é proposto. As dúvidas foram negociadas, foram apontadas, mas da discussão na sua parte final, resultou a concordância do Presidente da Câmara de aceitar que, imediatamente após a conclusão desta intervenção global, deve ser presente ao órgão Assembleia Municipal a demonstração efetiva de que a obra foi realizada na sua totalidade, e designadamente no que à Estrada da Lagoalva diz respeito, que não será objeto duma só camada de*



*desgaste e também temos presente que foi acordado, penso que tacitamente, que o projeto de apreciação relativamente à concretização da ligação do Carril pelo Largo Vasco da Gama deverá ser pensado de outra forma, e portanto pretendendo colocar os interesses da comunidade sempre em primeiro lugar e baseando na certeza absoluta, por parte da Câmara, de que este investimento será realizável e não é uma mera operação propagandista, nós votamos a favor".* -----

**--- Ponto 8: Leitura, discussão e votação das atas da Assembleia Municipal realizadas no dia 26 de Junho e 30 de Julho de 2020. Para deliberação.** -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa tinha retirado da discussão e votação a ata de 26 de junho de 2020. -----

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu pediu a palavra para abordar a ata do dia 30 de julho de 2020, lendo um extrato da mesma: *"O eleito Rosa do Céu iniciou a sua intervenção, dizendo relativamente à matéria que está aqui em apreciação não vou explanar sobre ela, mas vou dizer qualquer coisa em relação aos documentos da Assembleia Municipal, situação muito interpretativa na página cinco, que pode ser objetivo dumha explicação mais detalhada e descritiva por parte do senhor Vereador onde se acresce como se ilumina, deveria ser uma apresentação pura e devia ser mais explícita e depois porque o limite é só este, é uma apresentação de contas e não há muito mais nada. Disse".* De seguida, referiu que ao ler aquele parágrafo, não só iria votar contra, como iria manifestar repúdio pela apresentação de um texto naquelas condições. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para solicitar a correção de MUSA para MUDA e para que na página sete fosse alterada a referência ao Partido Social Democrata, pois apesar de não ter problemas com isso, até porque era Social Democrata com muito orgulho, a força política que representava era o Movimento Muda, pelo que por uma questão de rigor essa devia ser a designação a aparecer. -----

**--- Deliberação: A ata do dia 30 de julho de 2020, foi aprovado por maioria com 8 votos a favor (CDU, PS e MUDA) e 2 votos contra (PS).**-----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu: *"Na minha intervenção, quando estive em discussão a apreciação a ata, li um extrato da mesma inscrito na página 9 da sua redação global. O que se apresenta na página 9, por ser continuado é uma opção deliberada pela falta de respeito com que a Assembleia Municipal é tratada. A democracia exige o respeito pela pluralidade, a forma como sistematicamente se escolhem sempre intervenções de uma mesma bancada, para as desvirtuar na sua totalidade, só demonstra a incapacidade para lidar com prática democráticas. Esta é uma atitude própria de ditaduras, e de seus agentes, pior quando os mesmos se pretendem mascarar de defensores da democracia. A parte da ata que li, é um atentado às mais elementares regras da língua portuguesa, usar e abusar desta prática não merece apenas um voto contra, merece também o mais vivo repúdio, por atitudes prosseguidas pela Mesa na redação das atas*

*relativamente à intervenção das bancadas selecionadas. Disse". -----*

**--- Ponto 9: Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento. Para deliberação. -----**

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por informar que lhe tinha sido remetida uma moção da Bancada do Partido Socialista, pelo senhor Deputado Municipal Carlos Marques, dentro do prazo que estava estipulado, mas naquele dia tinha-lhe feito chegar por e-mail um pedido de alteração, supostamente dum pormenor dessa mesma moção. Disse que da sua parte não tinha problema nenhum de ceder ao pedido, só que naquele caso a Assembleia Municipal tinha que aceitar, pelo que solicitava que quando fosse a altura de apresentarem a moção, fizessem também uma explicação daqueles pequenos pormenores que gostariam de ver alterados, sendo que estava convicto que Assembleia Municipal não iria levantar problema nenhum a isso. -----

**--- Moção "Sobre o processo de eleição indireta/nomeação do Presidente e Vice-Presidente da CCDR", apresentada pelo senhor Deputado Municipal João Osório da Bancada da CDU. -----**

*"No próximo dia 13 de Outubro, os eleitos do Poder Local Democrático vão ser chamados para dar corpo a um processo eleitoral, que não corresponde às reais necessidades das populações das diversas regiões e do país. O acordo do PS/PSD sobre o chamado processo de democratização das CCDR, é um expediente semelhante ao que os anteriores governos se socorreram, para eludir o incumprimento da Constituição, como o que aconteceu com a criação das Comunidades Urbanas ou as Comunidades Intermunicipais, que visa de facto de impedir um verdadeiro processo de descentralização. A proposta de lei para a eleição e nomeação do Presidente e Vice-Presidente, confirma o que há muito se conhece quanto à natureza objetiva da CCDR, designadamente à sua subordinação ao Governo. Uma estrutura que tendo o seu Presidente eleito por autarcas de uma região, irá executar orientações determinadas pelo Poder Central, é um incumprimento da missões e atribuições determinadas por esse Poder Central, terminará a cessão de mandato. No enquadramento atual, marcado por um atabalhado e errado processo de transferência de encargos e de responsabilidade para as autarquias, as CCDR serão corresponsabilizadas no processo de degradação do território e aceitaram injustiças e desigualdades que contrariarão os interesses das populações. A regionalização é a solução, para além do desígnio constitucional de décadas adiado as criações das regiões administrativas é parte integrante do verdadeiro processo de descentralização da organização administrativa do Estado, fundamental para o desenvolvimento harmonioso das regiões, no combate às desigualdades e assimetrias existentes entre territórios. A criação das regiões administrativas, para além de dar coerência à organização administrativa do Estado, permite a articulação entre os vários níveis do poder do Estado Central, Regional, Local. É fator determinante para o desenvolvimento regional, o investimento público, a melhoria das prestações de serviços públicos e o aprofundamento da autonomia do Poder Local, mas a regionalização permite também aprofundar o regime democrático através de eleição direta dos seus órgãos e do incentivo à participação popular. A situação confirma que a concretização da regionalização*

*não se faz com expedientes deste tipo, mas antes com a aprovação da criação das regiões administrativas, como o PCP e a CDU há muito defendem*". -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que começou por referir que a moção no seu entendimento, eram duas moções, ou seja, a primeira era sobre o processo de eleição indireta ou nomeação versus nomeação do Presidente e Vice-Presidente da CCDR, e nessa parte subscrevia o conteúdo e votaria favoravelmente, mas depois na outra parte da regionalização ser a solução, aquela era uma posição do PCP, era uma opinião partidária, o que o colocava ali perante uma situação difícil, pois embora concordasse com uma parte da moção, repudiava a outra e como não havia meio termo, tinha que votar contra. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para referir que a regionalização estava consignada na Constituição, não era só uma vontade do PCP e da CDU. -----

--- **Deliberação: Aprovada por maioria com 8 votos a favor (CDU), 7 abstenções (PS) e 1 voto contra (MUDA).** -----

--- **Moção “Suplemento da insalubridade, penosidade e risco”, apresentada pela senhora Deputada Municipal Anabela Costa da Bancada da CDU** -----

*“O Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de março, que regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade, consagrou as figuras de compensação, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito administração pública, cuja regulamentação nunca foi efetuada em prejuízo dos trabalhadores, que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos. Com a publicação e a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi revogado expressamente o Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de março, ficando previstos os suplementos remuneratórios como componentes da retribuição sem, no entanto, os designar e os regulamentar, continuando os trabalhadores a executar trabalho em condições de risco, penosidade ou insalubridade, sem qualquer reconhecimento da sua condição, nem do pagamento da compensação devida. A obrigatoriedade do pagamento dos suplementos remuneratórios, passa a estar tipificada na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o qual revoga a Lei n.º 12- A/2008 de 27 de fevereiro, mas na verdade sem determinar o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e um modo de pagamento dos suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimo aos referidos suplementos, permanecendo esta obrigatoriedade num vazio e os trabalhadores visados sem o pagamento de qualquer suplemento ou complemento que compense os danos eventuais ou efetivos do trabalho executado, em condições de risco, penosidade ou insalubridade. No decurso da difícil situação da pandemia em que vivemos, ficou demonstrada a importância da atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco dos trabalhadores da administração local, dos Municípios e das Freguesias de diversos sectores, desde a proteção civil, a recolha de resíduos, os serviços de água e saneamento, até à limpeza urbana, que desempenharam um papel essencial e são dos trabalhadores mais exposto ao riscos de contágio durante a*

*pandemia do COVID-19, tendo um maior nível de penosidade e risco nas funções que desempenham em qualquer circunstância. O papel dos trabalhadores das autarquias, que asseguram os serviços essenciais com forte exposição ao perigo, deve merecer não só o aplauso de todos, mas uma valorização efetiva. É tempo de regulamentar o suplemento de insalubridade, penosidade e risco. A aplicação do suplemento deve estar dependente da efetiva execução de tarefas ou de exercícios de funções em condições de risco, em condições de penosidade, em condições de insalubridade, ainda que se encontrem reunidas as condições de segurança legalmente definidas para o desempenho das mesmas. Assim, a Assembleia Municipal de Alpiarça realizada a 25 de Setembro de 2020, reclama a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Pública e a sua atribuição aos trabalhadores da administração central e local, que exerçam funções em situações de penosidade, insalubridade e risco, com carácter urgente”. -----*

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para sugerir uma alteração ao último parágrafo da moção, no sentido de ficar a constar “*Assim, a Assembleia Municipal de Alpiarça realizada a 25 de Setembro de 2020, reclama a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Pública e a sua atribuição aos trabalhadores da administração central e local, assim como a todos os trabalhadores do sector privado, que exerçam funções em situações de penosidade, insalubridade e risco, com carácter de urgência*”. Reconheceu que a sua proposta ficava fora do contexto, porque a moção tinha sido feita a pensar nos funcionários públicos, mas a verdade é que os trabalhadores do setor privado também deveria ser abrangidos, embora fosse só uma sugestão. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, para referir que queria chamar a atenção duma situação que a preocupava relativamente àqueles suplementos remuneratórios, pois pensava que os mesmos eram um pau de dois bicos, pois por um lado efetivamente os trabalhadores eram valorizados pelas funções que exerciam em situações concretas e portanto, provavelmente mais penosas, mais gravosas, mas por outro lado, as remunerações de base continuavam a ser muito baixas, e portanto se entendiam que a pessoa tinha que auferir um suplemento, era porque provavelmente havia uma tendência para que a remuneração de base não fosse efetivamente a mais justa, e por isso, achava que deviam estar conscientes daquela situação ambígua. -----

--- Foi dada a palavras à senhora Deputada Municipal Ana Céu, que relativamente à moção disse que achava que quando se falava de risco de contágio, não se podia falar apenas no suplemento que ia resolver o problema, mas tinham que pensar essencialmente na formação que devia ser prestada aos funcionários, aos trabalhadores expostos e muitas vezes, o que se verificava é que aquelas pessoas não usavam os equipamentos de proteção, não tinham formação para isso, e isso muitas vezes verifica-se mesmo em Alpiarça, onde se viam carrinhas cheias de funcionários, e especificamente no que dizia respeito à pandemia do COVID, que andam todos sem máscara, todos juntos e como tal, achava que para além do suplemento, tinham que pensar principalmente na formação das pessoas, pois isso era essencial. -----

--- Foi dada a palavras à senhora Deputada Municipal Anabela Costa, que explicou que o suplemento do

qual se estava ali a falar era específico para a Administração Pública, porque todos os outros suplementos do setor privado estavam contemplados no ACT, nas PRT ou nos contratos coletivos de trabalho para os diversos setores e quanto à questão da discussão do aumento dos salários para os trabalhadores da função pública, era uma situação doutra âmbito e não do âmbito da Assembleia Municipal. -----

--- **Deliberação: Aprovada por unanimidade.** -----

--- **Moção “Liberdade e Democracia”, apresentada pelo senhor Deputado Municipal Carlos Marques da Bancada do PS** -----

--- O senhor Deputado Municipal Carlos Marques começou por explicar que o que tinha sido enviado na manhã do dia anterior, era a moção com algumas pequenas alterações, que eram mais de pontuação e de eliminação de algumas redundâncias que existiam no texto e que tinha acrescentado algumas coisas que não mudavam o sentido do texto, mas tinha algumas cópias que podia disponibilizar se alguém quisesse para comparar com a proposta inicial. Explicou que tinha estado a trabalhar durante a noite e tinha feito aquele resumo, durante uma pausa que tinha tido no trabalho, e depois não tinha tido tempo para rever o texto antes de o enviar, mas depois quando o tinha revisto e mostrado a outras pessoas, tinha dado com alguns erros na pontuação, erros ortográficos até e tinha entendido por bem corrigir para ficar melhor. -----

--- **Moção “Liberdade e Democracia”** -----

--- *“No passado dia 11 de Agosto, o país assistiu a uma manifestação de carácter xenófobo e racista, que culminou com ameaças a várias ativistas e deputados. Estas atitudes são próprias de pessoas que não pretendem ou não sabem viver em Democracia, porque em Democracia as diferenças de opinião podem e devem existir e isso deve alimentar o debate em torno das ideias e propostas cimentadas, em nosso entender, no respeito pelas normas em vigor, pelas instituições democráticas, a Constituição da República e a Declaração Universal dos Direitos dos Homens. Aquilo a que assistimos, foi uma tentativa de intimidação cobarde a pessoas que exercem legitimamente os seus direitos, enquanto cidadãos e eleitos para cargos públicos, que devem poder exercer livremente o seu mandato. Como escreveu o cantor Manuel Freire “não há machado que corte a raiz ao pensamento”, e como tal não podemos impedir ninguém de pensar, mas podemos e devemos mostrar a nossa repulsa por atitudes anti-democráticas, fazendo com que os seus autores sintam no mínimo vergonha pela suas ações, demonstrando que apesar de democratas não toleramos atos de intolerância. Entendemos que a democracia é um bem demasiado valioso, para permitirmos que alguém se aproveite dela para a ferir de morte, em defesa da liberdade de expressão, da diferença de opinião, da dignidade de todas as pessoas e pelo respeito pelas suas opiniões, ainda que possamos não estar de acordo com ela, entendemos condenar todas as formas de violência ou ameaças de ordem física ou moral, concretas ou veladas, à luz do dia ou pela calada da noite, que cobardemente tenham sido ou venham a ser efetuadas a nível local, nacional ou internacional, com origem à esquerda ou à direita, apenas porque alguém pensa de forma diferente ou exerce o seu mandato com liberdade, mas dentro da legalidade democrática, que deve ser sempre respeitada. A Bancada do Partido Socialista na*

Assembleia Municipal de Alpiarça. -----

--- Solicitou a palavra o senhor Deputado Municipal Júlio Pratas, para referir que ia aprovar aquela moção, como não podia deixar de ser, mas fazia dois pequenos comentários: o primeiro acerca duma frase que estava na moção, nomeadamente, quando se dizia “(...) *podemos e devemos mostrar a nossa repulsa por atitudes anti democráticas, fazendo com que os seus autores sintam no mínimo vergonha pela suas ações (...)*”, e perguntava quem é que acreditava naquilo. Depois, dizia-se que “(...) *não toleramos atos de intolerância (...)*”, e perguntava como é que iam fazer aquilo. Relembrou que cidadãos tinham sido atacados, feridos ou mortos, por aqueles indivíduos em intimidações e com atos com saudações e bandeiras nazis, a Constituição não era cumprida, a não era só a extrema-direita, que agora era um conceito muito utilizado, mas havia uma palavra que tinha saído do dicionário que era fascismo, que duma maneira geral não se utilizava, pois só havia gente de esquerda ou de direita, mas na realidade tratava-se de fascismo. -----

--- Terminou, frisando que a moção tinha o seu acordo, mas julgava que não era com algumas palavrinhas mais quentes que se combatiam aqueles indivíduos, não era com a não aceitação de Museus Salazar que se combatiam indivíduos que não queriam saber da Democracia, e que aliás já o tinham dito publicamente e que queriam mudar o sistema e não o faziam por menos. -----

--- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se opunha a que a segunda versão da moção fosse posta à votação, e não tendo havido oposição, foi a moção posta a votação.

--- **Deliberação: Aprovada por unanimidade.** -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pela senhora Deputa Municipal Anabela Costa: “*Votei a favor desta moção, pelo princípio base da própria moção, apesar de que se fosse eu a escrevê-la, e como disse aqui o meu camarada de bancada Júlio Pratas, utilizaria outro tipo de linguagem, porque não me dói falar em fascismo, porque ele existe e está bem vivo, mas votei a favor pelo sentido que a moção representa*”. -----

--- O senhor Deputado Municipal Carlos Marques solicitou a palavra, para dizer que agradecia que tivessem votado a moção, mas de qualquer forma era óbvio que as palavras que a Bancada da CDU iria usar, não seriam as mesmas que as suas, e tal como tinha dito o Manuel Freire, e tal como ele próprio pensava, não podia proibir as pessoas de pensar, porque não havia machado que cortasse a raiz ao pensamento, e ele não podia impedir as pessoas de pensarem e serem fascistas, tinha era que tentar convencê-las de que estavam erradas, mas impedi-los de pensar, não o podia fazer. -----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

--- Foi dada a palavra ao público, tendo havido um pedido de intervenção. -----

--- Interveio o senhor munícipe Ricardo Hipólito, começando por dizer que já tinha sido abordado várias vezes ali na Assembleia Municipal, o tema da identidade de Alpiarça, daquilo que ela tinha de distintivo em relação às outras, particularmente na ruralidade, e achava que era muito positivo os autarcas demonstrarem essa preocupação, e não se podia esperar que fosse de outro modo, porque era muito

importante valorizar aquilo que diferenciava Alpiarça, que não passava apenas pelo edificado, apesar disso ser importante, não passava só pelos arranjos urbanísticos, passava também por elementos históricos e particularmente, pelo património imaterial, que era o mais difícil de preservar, que se tornava irrecuperável, já que a maior parte das pessoas morriam com os seus saberes e a maior parte delas não deixava numa forma materializada esses saberes, portanto, considerava que mais do que palavras era importante que os autarcas, quer os atuais, quer os do futuro, porque os do passado já não interessava que tivessem atenção a isso, acarinhassem os especialistas e outros curiosos, muitos deles que andavam numa forma genuína a trabalhar nisso, mas na maior parte das vezes não se via os autarcas a revelar quaisquer carinhos. Continuou a intervenção, referindo-se ao que tinha sido ali falado pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, sobre a ligação da Praça Velha para o Carril, lembrando que era um projeto do Programa Vale Tejo, se não lhe falhava a memória, ou seja, do tempo em que o atual Deputado era Presidente da Câmara Municipal, e no qual tinha pegado e desenvolvido, sendo que tinha concretizado algumas obras no âmbito desse projeto, mas não tinha realizado aquela ligação do Carril ao Largo Vasco da Gama. -----

--- Referiu que, já que se pretendia que a intervenção dessa ligação Praça Velha-Carril fosse uma ligação amigável, apelava a que se percebessem as características da população de Alpiarça, a que se percebesse a utilidade daquela ligação e não se entrasse puramente em modas de criar corredores pedonais, esquecendo a importância que aquilo tinha, particularmente para os agricultores. Lembrou que, noutros tempos, as pessoas fugiam e passavam por ali, muitas vezes para fugir à GNR, e até havia uma frase que ainda se usava que era o “pancona Carril”, mas atualmente isso já não se passava, apesar daquele caminho ser algo ainda muito importante na vida dos Alpiarcenses, e por isso, era perfeitamente possível conciliar vias ou canais pedonais, com vias para veículos motorizados, mas não se devia cair nas modas. -----

--- Era importante ter a noção que, muitas vezes fechar ruas ao trânsito e criar zonas pedonais, podia funcionar muito bem nalgumas urbes, mas noutras podia ser um motivo para morrer comércio, e por isso, era preciso conhecer bem as características das terras e não entrar em modas, que se viam noutros lados e se aplicavam cegamente, pelo que era fundamental que não fosse esquecida a importância e o significado daquela ligação. Terminou a intervenção, dizendo que na última moção que tinha sido ali aprovada, se falava na esquerda e na direita, mas naquele momento o grande perigo era o ascenso do fascismo, pelo que não se podiam esquecer da década de 30 na Europa, nem meter tudo no mesmo saco, pois assim estavam a disparar pólvora seca para um lado, esquecendo que os tiros deviam ser certos. -----

--- O senhor Deputado Municipal Carlos Marques pediu a palavra, para questionar se o público podia comentar as moções, porque tinha havido uma intervenção dum município onde tinha sido comentada a moção por si apresentada e como tal, achava que essa parte onde tinha sido comentada a moção não devia constar da ata, ou então teria direito a resposta. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu que na Assembleia Municipal não se impunham limites ao que o público referia nas suas intervenções, dentro do que era normal e desde que

não houvessem ofensas à honra. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à 1.ª Secretária senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha, para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram 01h11m. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente Assembleia Municipal Fernando Louro \_\_\_\_\_

1.ª Secretária Liliana Carapinha \_\_\_\_\_

2.ª Secretária Fernanda Garnel \_\_\_\_\_

--- Alpiarça, aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.-----